

A História no Diário Oficial

Governo Alacid Nunes (1966/1971)

RODOVIA BELÉM BRASÍLIA - I

Há quem admita que a rodovia Belém-Brasília foi concebida no governo Getúlio Vargas, na década dos anos 1940, consequência do projeto fundiário “Marcha para o Oeste”, destinado a implantar colônias agrícolas no centro do país. O ponto de partida da futura estrada teria sido a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, projeto administrado pelo agrônomo Bernardo Sayão. Em cerimônia no Palácio dos Leões, em São Luís, no início de 1958, o Presidente Juscelino Kubitschek comunicava aos Governadores da Amazônia e do Nordeste sua decisão de construir Brasília. Na época, Belém interligava-se ao resto do país por navio ou avião. Presente à reunião, o médico Waldir Bouhid, titular da Spvea (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), verificando que o Pará estava fora do projeto de Brasília - que contemplava também obras de transportes e comunicação - ponderou que, sem uma rodovia, o futuro Distrito Federal, Belém não beneficiaria Belém. Registra a crônica da reunião que o Presidente consultou o Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (atual Denit), engenheiro Régis Bittencourt, que dissera ser impossível à engenharia nacional realizar obra daquele vulto, cortando longo trecho de mata virgem. Waldir Bouhid desafiou Kubitschek: “Presidente, não sou engenheiro rodoviário, sou médico sanitário. Entretanto, se Vossa Excelência conceder-me os meios, a Spvea construirá essa rodovia para ser inaugurada juntamente com Brasília”. Surpreso, JK concluiu: “Pois então, senhores, começaremos amanhã!”. E em 19 de maio de 1958 sancionou o Decreto nº 3.710, criando a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás), vinculada à Spevea, e o próprio Waldir Bouhid foi o primeiro presidente da Comissão. A rigor, a abertura da estrada rumo ao norte havia começado independentemente do governo federal, chegando à localidade de Cercadinho (atual Barrolândia, no Estado

de Tocantins). A chefia da obra foi entregue a Bernardo Sayão, que morreu, em 15 de janeiro de 1959, esmagado por uma árvore que caiu sobre seu acampamento - seu nome ficou imortalizado na rodovia e em uma avenida de Belém.

O trecho paraense da rodovia começou a ser aberto em São Miguel do Guamá, de onde partiu o desbravamento de 500 km de floresta até Imperatriz, no Maranhão. A rodovia, com 4.355 km de extensão, é conhecida também como Transbrasiliana, formada por seis rodovias federais que atravessam, além do Pará e Maranhão, Estados de Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No ano de 1968, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (antiga Spevea) financiou ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (Dner) a construção de pontes e outras obras de drenagem. O Diário Oficial de 29 de junho daquele ano publicou o Termo Aditivo a um convênio, que já existia entre as duas instituições federais, destinando 5.950 mil cruzeiros novos à “construção de pontes em concreto armado e pontes provisórias de madeira, aquisição e montagem de bueiros”. Uma parcela, no valor de 800 mil cruzeiros novos, foi destinada ao pagamento de salários, gratificações, contribuições de Previdência Social”, entre outros gastos. A verba da Sudam fez parte do montante de 17 milhões e setenta e quatro mil cruzeiros novos garantidos no Orçamento Geral da União de 1967. O documento publicado no DOE não detalha o projeto e assim, não se identifica quais as pontes construídas naquela época.

O que aconteceu ao longo da rodovia, no Pará, é outra história. Dramática história de conflitos agrários, cujos personagens também aparecem nos Diários Oficiais daquela época.

Nélio Palheta - Jornalista

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

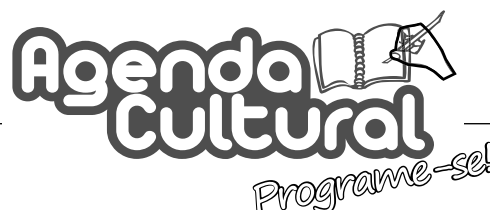
PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



CINEMA

Pauline na Praia

Local: Cine Estação das Docas

(Av. Boulevard Castilho França, s/n)

Entrada franca

23/12 (quarta) - 18h e 20h30



CINEMA

O Homem Irracional

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 10 (aceita-se meia-entrada)

Até 20/12 (domingo) - 18h



ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site www.ioe.pa.gov.br

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR**:

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas; ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores, quebras de seção, quebra manual de linhas, marcadores próprios dos editores de texto, como pontos; quadrados; setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.